A irracionalidade no debate público sobre a economia brasileira

*Achyles Barcelos da Costa**
*Carlos Henrique Horn**

Ao escancarar-se a crise cambial brasileira, em janeiro, os meios de comunicação foram inundados por opiniões de muitos e debates entre vários, uns especialistas, outros nem tanto, sobre a economia brasileira e os rumos trilhados nos anos 90. Um balanço do que foi possível acompanhar ao longo daqueles dias de verão indica, paradoxalmente em se tratando da estação do sol, que o lado da luz sofreu perdas importantes: conceitos foram manipulados irresponsavelmente, palavras foram despidas de seu significado usual, dados e eventos históricos foram distorcidos, pessoas abraçaram opiniões diametralmente opostas às que vinham professando sem oferecer um minúsculo grão de motivo para tão súbita mudança. No centro do espetáculo, autoridades do Governo, economistas e comunicadores sociais desempenharam, com pertinácia, os principais papéis.

Alguns poderão objetar de imediato, não inteiramente sem razão, que esses são males que infestam com freqüência o debate de opinião e que, portanto, não há novidade no ocorrido. Uma tal objeção perde de vista, contudo, que há sempre uma oportunidade ímpar para se desnudarem os artifícios ilícitos usados por um tipo bastante disseminado de debatedor público, quando uma sucessão de fatos se concentra no tempo, a fim de desmenti-lo com veemência. Com certeza, não foi por casualidade que, no curso dos acontecimentos após janeiro, um sem número de artigos de jornal e de comentários em programas de rádio e televisão ocuparam-se em criticar o papel desempenhado por certos protagonistas na má compreensão da política econômica e no ocultamento do risco apreciável de uma crise cambial.[1]

* Professor do Departamento de Economia da UFRGS.

[1] Já em fevereiro, o excelente programa Observatório da Imprensa, produzido pela TVE-RJ, convidava economistas e jornalistas para abordarem a questão de uma eventual responsabilidade da imprensa quanto à rápida e intensa desvalorização do real. Para a sorte dos telespectadores, o primeiro comentário coube ao Professor Carlos Lessa, que, com lucidez, desfiou o argumento que interessa. Em síntese, o Professor Lessa afirmou que, se alguma responsabilidade deveria ser atribuída à imprensa, essa responsabilidade estaria muito mais no fato de a imprensa, em geral, ter se negado sistematicamente, ao longo dos últimos anos,

Este artigo aborda, precipuamente, a questão do debate público de opinião sobre a economia brasileira. É um artigo que mistura impressões com comentários críticos sobre o mau uso de conceitos elementares de Economia, além de discorrer sobre outras questões de mérito. Seus autores, professores de Economia já há alguns anos, reconhecem que podem inclusive ser parte do problema que pretendem abordar. Afinal de contas, se a qualidade do debate público sobre a economia brasileira reflete também a qualidade da formação acadêmica em Economia, esse debate é um sinal assustador dos resultados dessa formação.

Separamos o artigo em três partes principais. Na primeira parte, procuramos esclarecer o pano de fundo no qual a questão do debate público sobre economia, de resto, do debate público de opinião em geral, merece ser enquadrado. Nas partes que lhe seguem, escolhemos dois tópicos que vêm ocupando o ápice da agenda econômica por um quarto de século e que se tornaram uma obsessão do debate brasileiro dos anos 90, para deles extrair ilustrações sobre o logro no debate público de opinião. Trata-se dos tópicos do mercado e do déficit público, que se examinam, respectivamente, nas partes segunda e terceira. Uma sistematização dos principais pontos é apresentada ao final.

1 - Sobre a racionalidade como exigência ética do debate público de opinião

Desde há muito na história do Ocidente, o debate público de opinião é capaz de influenciar o curso de ação dos governos. Uma importante particularidade do século XX, em especial do período posterior à Segunda Grande Guerra, talvez seja a de que uma parcela bastante mais ampla da população se colocou

---

a dar destaque a uma interpretação crítica da política econômica, fazendo coro ao discurso governamental. Assim, quando a crise se revelou em toda a sua intensidade, uma opinião pública despreparada teria sido pega de surpresa. O Jornalista Luis Nassif, que também participara desse programa, mais tarde cunhou em sua coluna, na **Folha de São Paulo**, a expressão "intelectuais da mídia" para se referir a pessoas sem mérito acadêmico que ganham espaço destacado na mídia e passam a influenciar o debate público. Em editorial de 21 de fevereiro, a **Folha de São Paulo** fez menção a "analogias simplórias com o orçamento da dona-de-casa" como meio de persuasão em favor de medidas voltadas ao corte de gastos públicos. Também o Senhor Roberto Campos trouxe a público artigo em que critica a falta de rigor no uso de conceitos de Economia, em particular quanto ao significado do termo reservas cambiais (CAMPOS, 1999). O argumento é de uma notável clareza e leitura sugerida a todos aqueles que acreditaram, nos idos de 1994, na existência de "reservas cambiais estruturais", tais como professadas pelo Governo.

ao alcance desse debate, como atores e, sobretudo, como espectadores. A posição de espectador, convém todavia lembrar, não é inteiramente passiva, no mínimo porque espectadores votam. Persuadir pessoas sobre determinadas crenças, vencer debates públicos tornaram-se, pois, um requisito necessário para se atingir e se exercer o poder nas várias democracias liberais. Nossa preocupação, o pano de fundo deste artigo, parte exatamente dessa importância assumida pelo debate público de opinião e pode ser colocada na forma da seguinte pergunta: a sociedade deve exigir uma conduta racional dos seus membros que protagonizam debates públicos de opinião? Por racional, entendemos aquela conduta que satisfaz pelo menos as três condições apresentadas a seguir.

Os conceitos sobre a matéria em debate devem ser expressos com rigor. Esta não é uma exigência para que o debate público ocorra nos exatos moldes que supostamente caracterizam a discussão acadêmica. Não se trata aqui de ingenuamente reivindicar o uso de categorias absolutamente precisas, mesmo porque, se assim fosse, o debate se tornaria hermético, inacessível a um público mais amplo do que o dos especialistas.[2] Entretanto, ao manusearem conceitos sobre determinada matéria, ao procurarem traduzi-los para a compreensão e o convencimento das pessoas, os contendores devem esforçar-se para reter o significado mais essencial desses conceitos. Corromper o sentido do conceito, manter a palavra e adicionar-lhe outros significados, transacionando livremente entre diversos sentidos, é uma maneira sabichosa de confundir-se o debate público. E esse comportamento é tanto mais grave quando o agente é o especialista: afinal de contas, de quem se espera maior precisão no uso de conceitos de Economia que não do economista?

Os fatos que interessam ao debate não devem ser falseados. Qualquer debate público necessita de uma base comum de entendimento entre os partícipes, e nessa certamente devem ser incluídos os fatos de interesse. Se

[2] Não resta dúvida de que a questão do rigor envolve um dilema para o qual não temos solução. Isto porque a exata compreensão de determinado tema pede, e no mais das vezes exige, um certo conhecimento prévio daqueles que participam de uma discussão, o que apenas assim permitiria um tratamento rigoroso do assunto. Isto implica discriminar entre aqueles que estão preparados para realizar um debate informado e aqueles que não estão. No caso dos indivíduos que apenas presenciam o debate, a discriminação dá-se entre os que conseguem extrair conseqüências mais amplas do debate e os que não conseguem. Porém, no debate público, esse requisito do conhecimento prévio dificilmente se satisfaz no que se refere aos debatedores e nunca se satisfaz quanto aos que o assistem. Já que do público em geral não se pode exigir o domínio de todo e qualquer assunto que varie entre a biotecnologia e a melhor escalação do escrete canarinho, resta apelar aos debatedores para que encontrem a virtude no meio, entre o rigor absoluto e a imprecisão irresponsável.

um determinado fato é de interesse ou não, a questão é inteiramente de mérito e deve ser julgada à luz da convicção de cada um. Há, contudo, um determinado grau de distorção do dado objetivo que não pode ser aceito sem que o debate perca inteiramente aquela base comum. Por exemplo, se a declaração de moratória no Governo Sarney aconteceu em 1987, então ela aconteceu em 1987 e não em outro ano.[3] Um problema é que, quanto mais distante se está cronologicamente do fato, mais tentador fica para a memória adequar o tempo do acontecimento às conveniências de uma opinião, ao interesse em estado bruto.

As opiniões de uma pessoa devem ser razoavelmente consistentes ao longo do tempo. Sejamos claros de pronto: qualquer pessoa pode mudar de opinião. Porém, daqueles que participam do debate público, espera-se legitimamente que esclareçam as razões pelas quais mudam sua opinião sobre um assunto. Um economista pode muito bem oferecer argumentos aparentemente consistentes em favor da política cambial brasileira após o Plano Real, ao ponto mesmo de apenas satisfazer-se quando lança vitupérios contra os críticos dessa política. Entretanto é legítimo esperar-se que esse mesmo economista esclareça as razões que o fazem mudar de opinião quando o Governo, repentinamente, abandona aquela política, e que não sejam as "razões" da servidão voluntária ou dos efeitos do sol escaldante de um verão tupiniquim sobre sua atividade mental.

Uma possível objeção à nossa pergunta sobre se a sociedade deve exigir um padrão racional de conduta no debate público é de que ela é ingênua, por uma causa que nós mesmos apontamos: vencer debates, quaisquer que sejam os meios, pode influenciar a ação do Governo em favor da tese vitoriosa. Acrescentamos, ademais, que também o bom nome e, quem sabe, a riqueza dos contendores vitoriosos podem ser influenciados pelo resultado obtido nos debates. Seria, pois, uma pergunta digna de jovem recém-egressa do internato, a quem os tubarões da vida real provavelmente responderiam que sim com a maior cara de pau. Mas essa é uma objeção de quem nada entendeu de nossa preocupação. É claro que, por ideologia ou por interesse, ou por ambos os motivos, contendores de debates públicos podem adotar uma conduta irracional. Irracional nos termos acima, mas absolutamente racional na lógica de quem deseja

[3] Este não é um exemplo fortuito. Em janeiro, no programa Conversas Cruzadas, da TVCOM, um dos participantes usou o expediente do falseamento do dado a fim de obter pontos para sua opinião contrária a uma presumida declaração de moratória da dívida externa durante o atual Governo. Afirmou, na ocasião, que o Brasil teria sido afastado do mercado de capitais por 10 anos após "a declaração de moratória do Governo Sarney no início dos anos 80" [*sic*].

vencer custe o que custar. Mas nós, o povo, devemos aceitar os falastrões ou devemos procurar impor-lhes limites, desnudando sua conduta?

Essa é uma questão de alta relevância. Uma medida racional deve ser exigida no debate público. No Brasil, em particular, é uma exigência de absoluta atualidade, uma verdadeira disposição de saúde pública. Primeiro, porque o debate público está quase completamente infestado pela irracionalidade. Má fé e ignorância deram-se as mãos para produzir no debate econômico, naqueles meios que "formam a opinião pública", algum tipo de "novilíngua", levando água ao moinho do cinismo e da desagregação social. Segundo, porque a racionalidade no debate público deve ser vista como um ideal de sociedades democráticas. O simples debate de opinião e a decisão popular através do voto não asseguram, necessariamente, políticas públicas razoáveis, pois bem se sabe do poder de manipulação desse debate. Ademais, num país de tão fraca tradição de democracia, a questão tem importância crítica, pois a conduta irracional serve como excelente catalisador de alternativas bonapartistas, do mito de que o braço forte do ditador é necessário para pôr ordem na casa. Este artigo, ao apontar algumas manifestações da irracionalidade e ao explicar por que assim devem ser julgadas, é também um convite àqueles que compartilham de nossas preocupações para que juntem sua voz ao debate.

2 - Os usos e os abusos do mercado

Preliminares

Nos anos 90, a sociedade brasileira passou a ser bombardeada pela idéia de que o caminho para se retomar o crescimento econômico que conduziria à modernidade estava em abrir a economia à concorrência externa, privatizar empresas estatais, desregular os mercados, enfim, estava em permitir que as denominadas livres forças do mercado orientassem a atividade econômica. Políticos, economistas e comunicadores sociais formaram uma aliança, intencional ou não, para fazer desta a idéia-força no debate público de opinião e na formulação da política econômica.

No Brasil, com sua história de iniqüidades, atraso econômico e exclusão social, indicações de solução para as mazelas do País são sempre bem-vindas. A palavra **mercado** passou, como que num passe de mágica, a carregar a promessa de que dias melhores estavam por vir, inclusive o da admissão, em definitivo, no clube dos países de Primeiro Mundo. Em contraponto, a intervenção do Estado na economia passou a ser estigmatizada como sendo símbolo de atraso e empecilho ao ingresso do País na era da globalização. Permitir o

livre curso do mercado constituiu-se, desde então, no primeiro mandamento da política econômica brasileira.

Mas o que é o mercado? A história ensina que o mercado é uma instituição social, desenvolvida pelo homem na busca do atendimento de suas necessidades. A origem é anterior ao capitalismo, mas suas plenas potencialidades afloraram somente nesse modo de produção, sobretudo a partir da revolução nos meios de transportes e comunicações. Essa instituição social pode assumir a forma de feiras de comércio medievais, um local como o Mercado Público de Porto Alegre, a Bolsa de Valores, enfim, qualquer condição em que compradores e vendedores de uma determinada mercadoria estejam "frente a frente" (pessoalmente, por telefone, por fax, etc.).

Para os que professam o mercado como o mecanismo mais eficiente de coordenação da vida econômica, o seu funcionamento deve ocorrer de modo inteiramente impessoal, ou seja, nenhum indivíduo pelo lado dos consumidores e nenhum participante pelo lado dos vendedores deve ter condições de influir na transação, no sentido de determinar unilateralmente o preço pelo qual são trocadas as mercadorias. Esse valor deve ser obtido pela ação conjunta das forças de oferta e demanda. Se os preços praticados não estão de acordo com os interesses dos envolvidos, os descontentes podem se deslocar para outras atividades. São, pois, os movimentos dos preços relativos das mercadorias que sinalizam à sociedade onde devem ser alocados os seus recursos. É sobre esse aspecto que aquele que é considerado o pai da Economia Política [Adam Smith (1723--1790)] menciona que a economia é guiada por uma "mão invisível", porquanto as decisões de produzir, comprar e vender são tomadas descentralizadamente. Para coroar a obra do mercado, o interesse individual não seria incompatível com o interesse coletivo, pois esse modo particular de agir resultaria — mesmo sem a intenção consciente dos indivíduos — no máximo de bem-estar social.

Em seus procedimentos no mercado, o que move os agentes econômicos? A cartilha que sistematiza a visão acima ensina que os agentes são seres racionais e otimizadores, que, em sua conduta, buscam a maximização de seus ganhos e a minimização de seus custos. O comportamento econômico racional não considera sentimentos morais de justiça ou de benemerência, embora benemerência e justiça possam estar presentes nas ações humanas. Não se trata, saliente-se, de reviver aqui a assertiva hobbesiana da guerra de todos contra todos; trata-se, simplesmente, de um cálculo econômico de lucros e perdas. Por isso, em qualquer ocasião que se apresente uma oportunidade de se obterem vantagens econômicas, sejam fortuitas, sejam construídas, é racional e normal tirar o devido proveito da situação. Assim é a lógica de funcionamento do mercado: nem mais, nem menos. É desse modo, argumenta-se, que a riqueza é gerada, e é em virtude das propriedades que o mercado apresenta que loas lhe têm sido cantadas.

O eterno fetichismo do mercado

O debate público de opinião está fortemente marcado por irracionalidade quando entra em cena o mercado. Observe o leitor as seguintes palavras e expressões colhidas aleatoriamente na mídia brasileira no período após janeiro: "o mercado está em pânico"; "o mercado está nervoso"; "o mercado está emocionalmente comprometido"; "dólar louco"; "chacais"; "ganância irresponsável". Colocadas as coisas dessa maneira, dá-se a entender que o "mercado" e o "dólar", por exemplo, têm vida própria, agindo de acordo com seus humores e idiossincrasias. Isso obscurece as relações sociais presentes nas várias situações que essas palavras e expressões pretendem sintetizar e que constituem, com efeito, ações de entes humanos na qualidade de especuladores, banqueiros, funcionários de governo e outros, ações estas que se manifestaram nas variações abruptas ou incontroladas da taxa de câmbio no início de 1999.[4]

Ao se tratar assim o problema, acabamos por fetichizar as coisas, atribuindo-lhes propriedades naturais que não possuem. O resultado é o mascaramento daquilo que de fato está se passando na economia. Pois não é a **instituição-mercado** que está em pânico. Em pânico pode estar parte dos agentes, aqueles, por exemplo, que necessitam de dólares para saldar suas dívidas. Uma outra parcela do mercado, os que vendem dólares pelo seu novo valor em reais, esta vai bem obrigado, já que, em um ou dois dias, faturou vários milhões de reais.

O bode expiatório: especuladores, chacais *et caterva*

Logo após a desvalorização do real, uma palavra ocupou as manchetes de nossos jornais, tendo sido assacada contra aqueles que especulavam no mercado de câmbio: "chacais". Quem são, afinal de contas, esses "chacais", esses nefastos "especuladores"? Ora, o mundo econômico é permeado pela incerteza: por exemplo, nada garante que uma empresa qualquer venda o que produziu, que o agricultor colha o que semeou e que o trabalhador despedido encon-

[4] Convém deixar claro que não fazemos objeção ao uso da palavra mercado por si mesma, como de resto das demais palavras e expressões de que tratamos a seguir, mas apenas na medida em que mascara as situações que supostamente pretendem expressar. O uso pouco rigoroso dos conceitos, como é sabido, ajuda a esconder os verdadeiros atores e os significados mais precisos das relações sociais, resultando daí mais o obscurecimento do que a compreensão do problema.

tre um novo emprego. Assim sendo, **os agentes estão constantemente especulando sobre o que ocorrerá no futuro** quanto às circunstâncias que lhes interessam. No caso da Bolsa de Valores, para citar outro exemplo conhecido, os comportamentos individuais podem convergir em um determinado momento para uma **corrida** dos aplicadores, levando à queda ou à elevação dos preços das ações, sem que tenha havido uma combinação prévia para tal. Comprar na baixa e vender na alta é uma orientação racional nesse mercado. Se a especulação é dolosa, de má fé, então, aplique-se a lei quando for o caso. Seguramente os "chacais" que habitam essa "selva de pedra" devem ter nome, endereço, CEP, CPF, CGC e até mesmo *e-mail*. Mas se o ato de especular faz parte da conduta normal no mercado, é ingenuidade querer que os especuladores especulem, *ma non troppo*. É como tentar atravessar um rio infestado de piranhas tentando sacrificar apenas um dos dedos da mão com o cândido objetivo de distrair esses pequenos animais. Portanto, em um mundo de incerteza, assumir uma posição especulativa não pode ser considerado uma anormalidade. Em certo sentido, uma operação de *hedge*, como a própria palavra inglesa indica, não é uma **proteção** contra variações imprevistas ou desconhecidas no valor de um determinado ativo?

No caso específico do câmbio brasileiro, não era lícito supor que as expectativas racionais dos agentes que atuam nesse mercado fossem de confiança na continuidade da política que vinha sendo praticada. As condições objetivas dão conta de transações correntes do País, e as experiências recentes de crise cambial na Malásia, Rússia e em outros países não avalizavam tal estado de espírito. Aquele que acusa os participantes do mercado de câmbio de "especuladores" ou "chacais" está, na realidade, procurando um bode expiatório para o resultado daquela política cambial. Até então, esses "especuladores" eram tratados como **investidores que acreditavam no Brasil**; ou os que investiram não são os mesmos que especularam? As suas aplicações concediam-nos esnobar países em dificuldades nessa área e, de cambulhada, até mesmo rotular de "fracassomaníacos" e "neobobos" aqueles que discordavam do regime cambial em vigor.

Todo mundo está no mercado? As estratégias de defesa estão igualmente distribuídas?

Uma fonte de malentendido na análise da operação e dos resultados dos vários mercados é não particularizá-los, assumindo, no mais das vezes sem o devido esclarecimento, ou que todas as pessoas deles façam parte, ou que as condições de participação sejam basicamente as mesmas. Consumidores, produtores, especuladores, trabalhadores, capitalistas, donas-de-casa, todos cos-

tumam ser homogeneizados na expressão simplificada e asséptica de "agentes econômicos". A posição particular que cada um deles assume na arena econômica — a sua efetiva condição social — é normalmente ignorada, abrindo vasto campo à má compreensão dos fenômenos sociais.

O quadro brasileiro de intensa volatilidade cambial e ameaça de repique inflacionário forneceu ao debate público uma excelente oportunidade para a manifestação da irracionalidade por falta de rigor. Nessas ocasiões, os chamados agentes econômicos, principalmente aqueles não familiarizados com os meandros da ciência econômica, ficam atarantados diante de um ambiente que se lhes apresenta caótico e, por isso mesmo, se tornam ávidos em perscrutar as opiniões de especialistas. Quem sabe alguém os auxilia na preservação de seu patrimônio? Perguntas como a seguinte, encaminhada a economistas que participavam do programa Conversas Cruzadas em janeiro, multiplicaram-se na mídia: "qual foi a aplicação mais vantajosa desde a implantação do Plano Real? A poupança ou o dólar?" Em tais situações, o economista faz seus cálculos mentais rapidamente, porquanto, nesse caso, ele não necessita de algum algoritmo mais sofisticado, e compara o quanto em percentagem se desvalorizou o real em relação ao dólar com a remuneração, também em percentagem, da poupança, para daí extrair sua resposta: a aplicação que apresentou a maior variação percentual.

Analisemos mais de perto a questão. Suponhamos (economistas gostam de supor) que uma dona-de-casa,[5] integrante daquela maioria de brasileiros classificados como sendo de "baixa renda", tenha conseguido poupar a importância de R$ 100,00 depois de muito tempo e com grande sacrifício. Quando exposta ao debate público, a nossa dona-de-casa escuta os economistas explicarem que os agentes econômicos procuram maximizar seus ganhos aplicando seus recursos na melhor alternativa possível. Os agentes avaliam os custos de oportunidade das diferentes opções que o mercado oferece e decidem por aquela mais vantajosa. A dona-de-casa resolve seguir essas indicações. Dá de mão nos R$ 100,00 e conjetura comprar dólares, pois lhe parece que as "verdinhas" têm melhores perspectivas de ganho, além de fazerem parte do rol de moedas fortes. Mas aí se apresenta uma questão prosaica: como fazê-lo? Os terminais dos bancos não vendem dólar, os supermercados tampouco, e muito menos o bodegueiro da esquina, que jura nunca ter manuseado uma dessas notas e as

[5] Poderia ser outro agente qualquer, mas como ultimamente a dona-de-casa é a figura predileta de nove dentre 10 economistas, políticos e comunicadores, também nós resolvemos adotá-la como exemplo, inclusive para alertar para um certo mau uso a que está sendo submetida.

conhece apenas por fotografia nos jornais. Soube que num tal de "paralelo" se vendem dólares, mas parece que a operação é ilegal, sobretudo se realizada em aeroportos, e arriscada, pois pode acabar o dia com um saco de notas falsas. Oficialmente, fica sabendo, só pode adquirir dólares em situações especiais: por exemplo, se for viajar ao Exterior ou fazer remessas a residentes fora do país. Como não se enquadra em nenhuma dessas situações, esse é um caminho que se mostra impraticável. Quem sabe, lhe é sugerido, ela faz uma diversificação de *portfolio*, aplicando R$ 50,00 em uma operação de *hedge*, para se garantir contra desvalorizações futuras do real, e os outros R$ 50,00 em um derivativo qualquer, ou quem sabe num *C-bonds*?[6] Ou ainda, como poupadora prudente, não seria mais sensato retirar o seu dinheiro do País e aplicá-lo em alguma moeda externa confiável, como o marco ou o iene, abrindo, então, uma conta em um banco em Frankfurt ou em Tóquio? Mas, de novo, como proceder?[7]

Nossa dona-de-casa chega à patética conclusão de que ela não é um agente desses mercados e o que lhe resta fazer é manter seu "rico dinheirinho" na poupança e torcer para que a vaca não vá para o brejo. Desiludida, talvez resolva torrar sua poupança em algum utensílio para a casa ou em um novo par de sapatos (seria esse tipo de alternativa a sua operação de *hedge* possível?), antes que o valor de suas economias se evapore diante de uma retomada da inflação. Por aí se vê como a leniência em expressar situações da economia com conceitos frouxos pode induzir as pessoas a se sentirem estranhas a um mundo do qual julgavam — ou assim lhes era dado entender — fazer parte.

Mas à nossa dona-de-casa não lhe é dado sossego. Com a possibilidade de um *revival* inflacionário, o Governo e a mídia atribuíram-lhe uma tarefa cívica: a fiscalização dos preços das mercadorias. Passaram a persegui-la com a idéia de que deve pesquisar, pechincar, boicotar, comparar preços, tudo de modo a

---

[6] O tom casual com que sugestões desse tipo aparecem nos jornais pode parecer estranho em face de nossa peculiar estrutura de distribuição de renda. Não obstante, aparecem. Um exemplo está na **Gazeta Mercantil** (PRADO, 1999): "Também é importante ter um sólido mercado de moeda a termo e de futuro. A necessidade de *hedge* cambial é absoluta, quando se tem um regime em que a taxa de câmbio flutua. As pessoas [*sic*] precisam ter à disposição instrumentos de cobertura contra eventuais perdas futuras". Salvo melhor juízo, a dona-de-casa ainda é uma pessoa.

[7] É claro que quem quer que tenha alguma riqueza deve procurar protegê-la contra o risco de perdas. Entretanto as possibilidades de defesa eficaz raramente estão "democraticamente" distribuídas. Sugestões como a de que a atitude prudente dos poupadores diante da desvalorização da moeda nacional consiste em retirar seus recursos do País esquecem-se de explicar como uma pessoa qualquer do povo poderá exercer a prudência.

refrear a sanha dos especuladores com seus aumentos abusivos de preços e "ganância irresponsável".[8]

Claro que toda a colaboração de pessoas em solucionar ou mitigar os problemas de sua comunidade deve ser vista com simpatia e aplaudida. De um modo geral, as pessoas estão dispostas a dar sua cota de contribuição no interesse do bem comum; sentem-se participantes da sociedade. Entretanto deve-se ter sempre presente os limites dessa atuação, em que medida ela tem eficácia, quer como estratégia individual, quer como ação coletiva, no sentido de influir nas soluções dos problemas da economia.

A nossa dona-de-casa imbuída de dever cívico resolve ir à luta. Reúne a família, pega lápis e papel e prepara-se para elaborar a lista de compras mensais. Para melhor se organizar, divide sua folha de papel em linhas e colunas. Na coluna da esquerda, constam os diferentes produtos a serem adquiridos e suas quantidades; à direita, várias colunas em branco para serem registrados os preços das diversas marcas a serem pesquisadas nos distintos pontos de venda. Aqui se lhe apresenta a questão operacional sobre quantos locais de venda pesquisar e suas respectivas localizações. Teve notícias de que os supermercados estão se concentrando em torno de três ou quatro grandes redes e que, por isso, talvez não lhe restem muitas opções, além da impossibilidade de realizar outra das tarefas a que foi incentivada, pois não pode pechinchar com as prateleiras (embora, para muitos, isso seja apenas um "detalhe"). O argumento favorável à livre concorrência a aconselha a incluir outros locais de compra, tais como fruteiras, mercearias, padarias e baratilhos (ainda existem?). Resta ainda resolver a questão de logística. Primeiramente, situa-se em um ponto geográfico eqüidistante a esses vários locais de venda, chamemo-lo de marco zero. O passo seguinte consiste em iniciar a pesquisa por um qualquer desses locais de compra. Após esfalfar-se fazendo a *via crucis* entre os vários locais, retorna ao marco zero para, então, cruzar os diferentes preços e marcas de produtos. Feito o cruzamento e decidido quais produtos adquirir, a nossa dona-de-casa volta novamente aos locais para realizar em definitivo suas compras. Ao final da empreitada, talvez tenha comprado um pé-de-alface na zona sul e um tablete de manteiga na zona norte da cidade. Embora extenuada fisicamente, sente-se em paz consigo mesma por ter feito a sua parte. No mês seguinte, ela voltará à mesma peregrinação, muito provavelmente com os preços em patamares mais elevados — embora desalinhados entre si, permitindo que renove a pesquisa e a pechincha — e gasto total maior.

---

[8] *En passant*, cumpre lembrar que não se questiona por que cargas d'água o sistema, em certos momentos, libera essas forças que atentam contra o chamado interesse público. É o tal de mercado!

Durante suas andanças à procura de produtos com preços "convidativos", a dona-de-casa chegou a se questionar por que o Governo não adota alguma medida para coibir tais aumentos abusivos de preços e por que o mercado (o lado da oferta) não tem responsabilidade social. Êpa, a nossa dona-de-casa começa a ter caraminholas na cabeça!

3 - Déficit público e ajuste fiscal ou mais um bode expiatório e a panacéia

Se há um assunto em cujo debate público o contendor irracional se sente inteiramente à vontade para abandonar qualquer pretensão de rigor conceitual e de observação acurada da realidade, capitulando em favor do *slogan* fácil, este é o do papel do Governo nos assuntos da economia. Amparado no consenso mundial que se formou a partir de meados dos anos 70 de que, em economia, o melhor governo é o menor governo, o falastrão não se cansa de dar voz à receita única: menos gastos e menos impostos resultarão em mais crescimento e menos inflação. O diagnóstico é o do bode expiatório. Se há inflação ou baixo crescimento, ou, em conformidade com a mensagem presidencial enviada ao Congresso em fins de fevereiro, déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, a causa fundamental é a "doença crônica dos déficits públicos descontrolados". Segue-se-lhe de pronto a prescrição normativa como uma panacéia: façam-se reformas estruturais, ajuste fiscal, ou o que quer que seja nessa mesma e às vezes um tanto obscura linha.[9]

Que a irracionalidade é campeoníssima no debate público sobre Estado e economia, algumas perguntas e respostas (ou ausência de respostas) sobre o problema do déficit público brasileiro logo revelará. Sugerimos, portanto, ao leitor que responda, para si mesmo e rapidamente, as perguntas a seguir.

A partir de 1994, período em que a inflação brasileira se reduziu drasticamente, o déficit público aumentou ou diminuiu?

---

[9] A forma caricatural com que se apresenta a tese do Estado mínimo não pretende colocar todos os defensores dessa tese no mesmo saco, mesmo porque há argumentos ponderáveis em seu benefício, que, mesmo aqueles que não a postulam, admitem como problemas a enfrentar no exame das possibilidades de ação do Governo. Assim, por exemplo, problemas de baixa eficiência produtiva e de corrupção. A caricatura, porém, é uma descrição razoavelmente fiel de vulgarizadores da tese e que, este é o nosso ponto, ocupam papéis de destaque no debate público.

Quando se fala em ajuste fiscal, do que se trata exatamente?

Populismo econômico é uma acusação que já se tornou um clássico do debate público brasileiro nos anos 90, dirigida àqueles que genericamente se poderiam denominar como desenvolvimentistas. Diz-se que estes defendem que o Governo gaste sempre mais do que arrecada. Perguntamos: quando, no Governo, a política dos acusadores costuma reduzir o déficit? Em artigo recente do Professor João Sayad, o leitor encontrará a resposta a essa e a outras perguntas sobre o mesmo tema: Reagan controlou o déficit conforme o prometido? Quais os déficits maiores: os de Reagan e Bush ou o de Clinton? O de Covas ou o de Maluf? O da Nova República ou o do Plano Real?

De nossa parte, focalizamos nas linhas que seguem as duas primeiras questões e deixamos ao leitor a pesquisa histórica sobre a terceira. Aquelas são questões em que a irracionalidade se manifesta no debate público, mas que também nos obrigam a avançar alguma observação de mérito sobre formulações que não podemos qualificar exatamente de irracionais.

Déficit público para cima, inflação para baixo

A primeira pergunta refere-se a um fato, e a resposta é uma única: a partir de 1994, o déficit aumentou. A medida desse aumento pode não ficar de todo clara no debate público, e isso, muito provavelmente, não decorre do atraso da indústria brasileira de informática que não teria oferecido equipamentos adequados ao Tesouro Nacional para o processamento da receita e da despesa. Tomemos, não obstante, uma das medidas oferecidas ao debate: o déficit teria passado de 1,1% do PIB em sua condição pré-Real para 7% do PIB em 1998 (MELLO, 1999). E a inflação aumentou explosivamente? Pois é.

Antes que os leitores mais apressadinhos nos acusem de populismo econômico e afirmem que esposamos a tese de que é possível sustentar impunemente elevados déficits por tempo prolongado, apressamo-nos, nós mesmos, para refutar essa interpretação, que não é nossa. Nossa intenção é basicamente a de chamar atenção para a excessiva simplificação, logo, a perda de rigor, com que o debate público acomoda diagnósticos do estilo "bode expiatório" e soluções do tipo "remédio para todos os males" em questões de natureza complexa.[10] Tanto quanto o rápido crescimento do déficit público brasileiro não determinou o imediato retorno da inflação, o equilíbrio fiscal em países do Leste Asiático não evitou o colapso de suas moedas.

[10] Leia-se, a propósito, artigo de Mailson da Nóbrega (1999), publicado na **Folha de São Paulo**.

O discurso de autoridades governamentais sobre o déficit público brasileiro, veiculado até com certo entusiasmo por comunicadores sociais, é particularmente irracional, porquanto não respeita o rigor, nem os fatos. É irracional e esquizofrênico. Como aceitar que um governo que saiu legitimamente vitorioso das urnas em 1994, que deteve ampla maioria no Congresso, que, nesse, Congresso, fez aprovar o que quis e talvez o que não quis, inclusive 15 emendas constitucionais, que aumentou a carga tributária e que auferiu substanciosas receitas patrimoniais graças à alienação de empresas estatais, enfim, como aceitar que esse governo continue a acusar terceiros, explicitamente ou por sugestão, pelo aumento do déficit e da dívida?[11] Quando falam, algumas autoridades parecem mesmo estar convencidas de que esses problemas não têm nada a ver com sua própria política.

Que ajuste fiscal?

Já que a inflação caiu enquanto o déficit aumentava, tratou-se logo de responsabilizá-lo por outras mazelas:[12] baixo crescimento e, agora, o problema do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos. A proposição de que também esse déficit deve ser enfrentado por meio do ajuste fiscal cunhou uma extraordinária pateguice no debate público brasileiro. Apenas por exercício mental, imagine o prezado leitor que todos os funcionários públicos sejam demitidos e que os aposentados e pensionistas deixem de receber seus pagamentos, *ceteris paribus*. Alguém se aventura a explicar como isso resolveria o problema do déficit em transações correntes? Ou, algo mais simples, como isso financiaria o déficit em transações correntes? Aparentemente, os bancos internacionais ainda não aceitam a moeda "forte" brasileira.

Esse tratamento da questão do déficit público é irracional, porque qualquer panacéia em política ecoômica é irracional. O próprio sumiço do tema déficit *versus* inflação do debate público, ainda que não constitua exatamente um exemplo de mudança de opinião não esclarecida, porquanto não teria havido mudan-

[11] Os dados são do Professor Sayad: entre 1970 e 1989, a dívida pública brasileira fora do Banco Central aumentou de 5% para 15% do PIB; em 1993, situou-se em 7,5% do PIB; e, finalmente, atingiu seu ponto máximo, de 38% do PIB, em 1998.

[12] Nem todo mundo, é verdade, abandonou a ênfase da cartilha. Ela perdeu espaço no debate público, inclusive porque não é de todo fácil explicar ao "homem comum" por que ocorre deflação combinada a déficit público de 7% do PIB, mas continua a concentrar as atenções de entidades empresariais e de economistas.

ça de opinião, mas tão-somente desaparecimento abrupto de opinião, é seu parente próximo: professar uma crença quase ao ponto da exaustão e, logo em seguida, calar-se sobre ela, sem oferecer as razões da mudança de conduta.

Até onde temos notícia, nem mesmo no debate público pouco rigoroso algum paladino do Estado mínimo sugeriu a demissão de todos os servidores para financiar o déficit em transações correntes. Nossa *redutio ad absurdum* serve, todavia, para enfatizar que a redução de gastos e o aumento de receitas podem disponibilizar, como seu **imediato** resultado, mais reais ao Governo, mas não mais dólares. O caminho que leva do ajuste fiscal à melhora na situação da conta de transações correntes é, se factível, um tanto mais tortuoso. Além disso, conduz a outros resultados raras vezes mencionados.

Examinemos, pois, um pouco melhor essa questão do ajuste fiscal, seus prometidos benefícios e seus subprodutos. Contabilmente, um ajuste fiscal ou redução de déficit público dá-se por meio de aumento de receita, redução de despesa ou um misto de ambos. Não infreqüentemente, porém, o debate público sobre a questão é tomado por ataques de esquizofrenia. Tudo ao mesmo tempo agora, exige-se do Governo qualquer coisa nos seguintes termos: (a) expandir e melhorar os serviços públicos; (b) reduzir os impostos; (c) diminuir os gastos públicos; mas (d) honrar os compromissos assumidos da dívida pública. Ora, esse receituário é um exemplo extremo da irracionalidade que domina o debate público, pecando por absoluta falta de rigor e mesmo, a ver em cada caso, por falseamento dos dados objetivos.

Retiremos, todavia, o ingrediente (a) e talvez o *mix* já não seja exatamente irracional. É possível, sim, reduzir gastos públicos (c). Nesse sentido, uma medida propalada por muitos está também em nota divulgada pela FIERGS na segunda quinzena de fevereiro: "é (...) indispensável que os Governos — federal, estaduais e municipais — intensifiquem seus ajustes fiscais, inclusive cumprindo obrigação constitucional de impor limites aos seus gastos com pessoal, determinados pela chamada Lei Camata".[13] Além disso, uma redução de impostos (b) também não chega a ser inconsistente com o conjunto das medidas. Basta que a magnitude do corte de gastos seja suficiente para compensar a redução da receita e para gerar um superávit primário a ser utilizado no pagamento dos compromissos da dívida (d). Quer seja nessa versão *hard*, quer seja numa ver-

[13] Nessa manifestação da FIERGS, há um notável exemplo de irracionalidade por falseamento dos dados. Como pode se referir à **intensificação** do ajuste fiscal quando muito mais correto, no caso, seria mencionar a "intensificação" da dívida pública? Afinal de contas, o que foi exatamente "intensificado" num período em que a dívida fora do Banco Central passou de 7,5% a 38% do PIB?

são *soft* em que não se propugna uma redução de impostos, a política de ajuste fiscal parece concentrar-se na medida de corte de gastos.

De que maneira, então, a redução de gastos e a geração de um superávit primário poderiam contribuir para melhorar o financiamento do déficit em transações correntes? Uma primeira explicação, como examina Silveira (1998), refere-se aos efeitos da diminuição do déficit sobre a demanda agregada e, portanto, sobre a balança comercial. Trata-se de conhecida causalidade macroeconômica. Uma segunda explicação aponta um suposto impacto positivo do ajuste fiscal na confiança dos investidores internacionais, que, assim, voltariam a oferecer o crédito de que o País necessita. Esta, porém, não é uma conhecida causalidade macroeconômica. Trata-se de uma crença — a de que a estratégia do bom-mocismo poderá minorar a crise externa — que, como tal, pode dar certo ou não. Uma pergunta dos céticos, porém, faz enorme sentido: essa confiança é a mesma que os investidores não tiveram com as equilibradas economias mexicana e de alguns países asiáticos? Em qualquer caso, a política não pode ser tomada como panacéia, e seus subprodutos devem ser integralmente revelados.

Um primeiro subproduto do ajuste fiscal reporta-se à magnitude da redução dos gastos públicos por meio de redução salarial e despedida de servidores públicos, que é vista como necessária para se atingirem os resultados esperados daquele *mix* de política. No debate público, a questão muitas vezes põe as vestes da exigência de cumprimento da Lei Camata. Em excelente artigo, publicado em fevereiro em Zero Hora, o Professor Accurso lembra com clareza e concisão sobre os efeitos dessa lei: "(...) quando se pretende dar limites na contratação de recursos humanos, no fundo se está limitando a própria oferta de serviços públicos, porque ela é constituída em sua essência técnica de força de trabalho". Aos defensores de corte profundo dos gastos, exige-se, portanto, que não abandonem o argumento pela metade e que reconheçam que um provável resultado de sua política será a piora na prestação de serviços sob o encargo do setor público.

Um segundo subproduto é tão relevante quanto o primeiro. Quando se propugna a redução de gastos, o objetivo principal talvez não seja a redução do déficit, mas, sim, a constituição de recursos para pagamento dos compromissos da dívida pública.[14] Novamente, o Professor Sayad põe "os pingos nos is". Ao concluir seu artigo, em que mostra que governos exercidos por partidos que

[14] Aliás, no debate público, há quem afirme, sem se ruborizar, que é necessário reduzir gastos e honrar os compromissos da dívida, como se esses compromissos não constituíssem parcela do gasto público. Esse é um exemplo de irracionalidade por falta de rigor conceitual.

se opõem retoricamente ao "(...) excesso de gastos" contabilizaram expressivos aumentos do déficit, afirma que

> "(...) a charada só pode ser resolvida se compreendermos que o déficit público se transformou em garantia de renda mínima para o capital (...) o déficit público, agora, viabiliza o desemprego e garante a remuneração mínima exigida pelo capital".

Por esse e outros motivos, a sugestão do Professor Accurso de uma "Lei Camata para a remuneração do capital" não deve ser tomada como mero jogo de palavras.

Considerações finais

Este artigo nasceu da estupefação com que seus autores presenciaram os debates originados da crise cambial brasileira de janeiro. Seu objetivo precípuo é o de iluminar aquilo que denominamos de a irracionalidade no debate público de opinião sobre a economia brasileira, uma característica relativamente perene desse debate e que, como de resto ocorre de tempos em tempos, teria apenas se exacerbado ao início de 1999.

Daquele debate, escolhemos dois temas para evidenciar como a irracionalidade se manifesta, quais sejam: os temas do funcionamento dos mercados e do déficit público. Em relação ao primeiro deles, comentários sobre a operação do mercado cambial, alguns ingênuos, outros nem tanto, deram o tom para que pudéssemos tratar de aspectos mais amplos sobre o funcionamento de economias mercantis capitalistas. Nosso principal ponto de polêmica, que fique claro, está na **forma da defesa** da idéia do mercado como o mecanismo mais eficiente de coordenação da atividade econômica: em primeiro lugar, na forma como defensores dessa idéia abandonam seus melhores argumentos em favor daqueles que parecem mais palatáveis ao homem comum; segundo, na insistência de que todos os malefícios do mundo não guardam relação com o funcionamento dos mercados em absoluto.

Não deixa de causar espanto que ainda se polemize sobre o fato de que, deixado por si mesmo, o mercado produz efeitos nefastos de magnitudes não desprezíveis. Alguns desses efeitos se têm assistido no Brasil, em anos recentes. Nessas ocasiões, com o objetivo de sustentar posições simpáticas à essa instituição e às políticas a ela associadas, adeptos do *laissez-faire* adotam estratégias de discussão que mascaram completamente a realidade, protagonizando o espetáculo do debate público irracional. Se o mercado provoca mazelas, admita-se, pois. O que não se deve aceitar são os bodes expiatórios

que aparecem em expressões tais como "mercado insano", "dólar louco" ou "chacais". São modos de enfocar a questão que mais confundem do que colaboram no esclarecimento dos fatos da economia.

Outra maneira de produzir a irracionalidade no debate público está na não-identificação dos participantes concretos dos mercados através do uso de expressões genéricas, homogeneizadoras, pouco rigorosas, do tipo "agentes econômicos". Essas expressões dão sempre a impressão de que somos todos iguais perante o mercado, quando o caso é que a capacidade de proteção contra determinados efeitos da atividade econômica mercantil se distribui desigualmente entre indivíduos, grupos e classes da sociedade.

No que se refere ao tema do déficit, o maniqueísmo salvacionista dos adeptos do Estado mínimo também dá origem a diferentes manifestações de irracionalidade no debate público. Uma dessas manifestações merece particular atenção: na defesa do ajuste fiscal, nunca se chega a esclarecer inteiramente que seu objetivo primordial talvez seja o da redução de um tipo de gasto público (por exemplo, salários) que libere recursos para a redução de impostos e o pagamento da dívida. Se essa é a estratégia, conviria elucidar qual o alcance do corte de gastos imaginado e assumir todas as suas conseqüências em termos de menor oferta de serviços públicos (em especial, de saúde e educação) e de desagregação social.

Nosso objetivo neste artigo foi o de registrar algumas manifestações da irracionalidade no debate público sobre a economia brasileira num ano em que essas manifestações têm se revelado particularmente profícuas e consumidoras de um volume significativo de papel. Esperamos tê-lo atingido, sem haver depauderado ainda mais a floresta amazônica. Ao perseguir esse objetivo, todavia, uma pretenção maior se colocava, qual seja, a de sensibilizar outras almas inquietas com o rumo das coisas, para que também elas contribuam com a necessária profilaxia do debate econômico. Assunto é que não falta.

Bibliografia

ACCURSO, C. F. (1999). Lei Camata. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 fev., p.13.

AJUSTE, déficit e inflação (1999). **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 fev., p.1-2.

BANDEIRA DE MELLO, C. A. ver MELLO, C. A. Bandeira de

BELLUZZO, L. G. (1999). Ilusões perdidas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev., p.2-2.

CAMPOS, R. (1999). Armadilhas semânticas. **Zero Hora**, Porto Alegre. 14 fev., p.14.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1999). A indústria gaúcha e o aumento de preços. **Zero Hora**, Porto Alegre 19 fev, p.31.

FIORI, J. L. (1999). A ilusão do desenvolvimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jan., p.5-4/5-5.

GASPARI, E. (1999). Gastamos, quem, Grande Chefe? Gastaste. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 fev., p.14.

MELLO, C. A. Bandeira de (1999). A reconhecida competência do dr. CHF. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jan., p.1-3.

NASSIF, L. (1999). Os intelectuais da mídia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 fev., p.2-3.

NÓBREGA, M. da. (1999). Tiros a esmo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 fev., p.2-2.

PRADO, M. C. R. M. do. (1999). Flutuar, um processo demorado. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 fev., p.A-3.

SAYAD, J. (1999). O vermelho e o negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 fev., p.5-9/5-10.

SILVEIRA, C. C. P. da. (1998). O ajuste fiscal como estratégia: observações. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro : UFRJ/IEI, v.18, n.3, p.20-26, out.

ZERO HORA (1999). Porto Alegre : RBS, 30 jan., p.1.

ZERO HORA (1999a). Porto Alegre : RBS, 31 jan., p.1.